

Pesquisa mostra dificuldades de acesso enfrentadas por estudantes da periferia

Por Raphaela Cordeiro

Aos 23 anos, o paulistano Rafael Vidotte Mativi transformou uma inquietação vivida em sala de aula em uma pesquisa que hoje ajuda a revelar desigualdades no acesso à educação em Campinas. Geógrafo formado pela Unicamp, ele criou um mapa virtual que mostra a localização dos cursinhos populares da cidade, uma iniciativa que já ultrapassou 5 mil visualizações e se tornou base para seu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo professor Rafael Straforini.

Os cursinhos populares são projetos gratuitos ou de baixo custo, organizados por voluntários, universidades e movimentos sociais, voltados principalmente a estudantes de baixa renda e egressos da rede pública, com foco no Enem e vestibulares. Mais do que preparar para provas, esses espaços promovem uma educação crítica e inclusiva, discutindo temas como desigualdade social, raça e cidadania.

Da sala de aula ao mapa

A trajetória de Rafael nesse movimento começou ainda na graduação. “Em uma aula de didática, uma colega comentou sobre a experiência dela em um cursinho popular. Aquilo me despertou interesse, porque eu já achava muito legal essa oportunidade de ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade a ingressarem na faculdade”, conta.

Em 2022, ele passou a atuar como professor voluntário de Geografia no Cursinho Popular TRIU. Foi ali que começou a perceber, na prática, as dificuldades enfrentadas pelos alunos. “Muitos trabalhavam o dia inteiro como pedreiros, garçons ou auxiliares de cozinha e ainda iam estudar à noite. Era visível o cansaço e os problemas de transporte. Alguns precisavam pegar mais de um ônibus para chegar.”

A vivência despertou o olhar geográfico para a questão do território. Em 2024, ao pesquisar sobre cursinhos populares, Rafael percebeu a ausência de estudos específicos sobre Campinas. “Encontramos muitos trabalhos sobre cursinhos em geral, mas quase nada sobre a cidade. Foi aí que pensamos em fazer um mapeamento colaborativo.”

Geógrafo revela, no mapa, acesso desigual à educação



Cursinhos populares gratuitos ou de baixo custo, organizados por voluntários e universidades

Território e exclusão

O resultado revelou uma contradição: a maioria dos cursinhos está concentrada em regiões centrais e em Barão Geraldo, próximas às universidades, onde vivem os voluntários. Já os alunos, em sua maioria moradores da periferia, enfrentam longos deslocamentos.

“Os cursinhos querem atender populações mais pobres, mas estão em áreas de difícil acesso para elas. Quando colocamos isso no mapa, essa desigualdade fica muito clara”, explica Rafael.

Além da localização, a pesquisa analisou o perfil racial e de renda de alunos e voluntários. Segundo o pesquisador, a maioria dos estudantes é composta por pessoas negras, historicamente excluídas do ensino superior. “Muitos têm renda familiar entre três e cinco mil reais, o que é baixo para uma família em Campinas”, explica Rafael.

Entre os voluntários, há maior diversidade de renda, mas ainda predominam pessoas negras e de classes médias. O estudo também mostrou como o transporte influencia a permanência dos alunos nos cursinhos. “Enquanto muitos voluntários moram perto e chegam em minutos, os alunos levam horas. Mesmo com bolsas de transporte, a distância continua sendo um problema real”, concluiu.

Políticas públicas

Mais do que salas de aula, os cursinhos populares funcionam como espaços de pertencimento. “Eles criam um território de

acolhimento na cidade. Não é só sobre conteúdo, mas sobre se sentir parte de algo. Os alunos se ajudam, participam de debates, palestras, falam de saúde mental. É um movimento social”.

Rafael destaca que o objetivo desses cursinhos vai além da aprovação em vestibulares. “Entrar na

Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), lançada em março de 2025 pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi).

A política pública prevê apoio técnico e financeiro aos cursinhos, com bolsas para alunos e voluntários e recursos para manutenção das atividades. Com investimento de R\$ 108 milhões, o novo edital de 2026 deve apoiar 514 cursinhos em todo o país.

No entanto, o mapeamento revela desigualdades regionais na distribuição dos beneficiados. “Há uma concentração no Sudeste e Nordeste e quase nenhuma iniciativa aprovada no Norte e Centro-Oeste. A pergunta é: não existem cursinhos nessas regiões ou a política não chegou até eles?”, questiona.

Para Rafael, o problema está na falta de informações territoriais. “Como avaliar políticas públicas se nem se sabe onde estão os cursinhos? O mapa ajuda a mostrar padrões que tabelas não mostram.” Ele reforça que a política pública é positiva, mas precisa ser ampliada. “Ela é excelente, mas muitos cursinhos nem sabiam que esses programas existiam.”

Ao transformar dados em mapas, o jovem pesquisador mostra como a geografia pode ser uma ferramenta de inclusão social. Sua pesquisa não apenas dá visibilidade aos cursinhos populares de Campinas, como também levanta reflexões importantes sobre acesso à educação, mobilidade urbana e justiça social.



Fotos: Divulgação

Rafael transformou inquietação vivida em sala, em pesquisa

universidade é importante, mas o foco principal é questionar o próprio sistema desigual de acesso ao ensino superior e formar pessoas politicamente conscientes.”

A pesquisa dialoga diretamente com a criação da Rede

Amplitude do problema

Os dados levantados por Rafael ajudam a evidenciar um problema que vai além dos limites de Campinas e reflete uma realidade presente em grande parte do estado de São Paulo: o acesso à educação segue profundamente condicionado pelo território. Embora o estado concentre algumas das melhores universidades do país, as oportunidades de preparação para o ingresso no ensino superior ainda se distribuem de forma desigual, favorecendo regiões centrais e áreas com maior infraestrutura urbana.

Na prática, estudantes das periferias enfrentam uma soma de obstáculos que inclui longos deslocamentos, transporte público ineficiente, jornadas de trabalho extensas e falta de políticas públicas suficientemente capilarizadas. Em cidades como Campinas, polo universitário e tecnológico, a contradição se torna ainda mais visível: enquanto centros de ensino superior se expandem, parte da população segue distante, tanto geograficamente quanto socialmente, dessas oportunidades.

No contexto paulista, essa desigualdade territorial se repete em diferentes municípios, onde iniciativas comunitárias acabam suprimindo lacunas deixadas pelo poder público. Os cursinhos populares surgem como pontes entre a periferia e a universidade, mas operam, muitas vezes, com recursos limitados e dependentes do trabalho voluntário.

A pesquisa de Rafael mostra que ampliar o acesso à educação não depende apenas da oferta de vagas em universidades, mas também de políticas integradas de mobilidade urbana, financiamento educacional e planejamento territorial. Mapear onde estão os cursinhos, os estudantes e as barreiras cotidianas é um passo fundamental para transformar dados em ações concretas.

Mais do que um retrato da realidade, o estudo lança um alerta: sem enfrentar as desigualdades espaciais, o ensino superior continuará sendo um privilégio para poucos. A democratização da educação, em Campinas e em todo o estado de São Paulo, passa necessariamente por enxergar o território como parte central do problema e também da solução.